

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2695/2018-PGJ, DE 7.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 7.8.2018, as férias da Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, concedidas por meio da Portaria nº 2114/2018-PGJ, de 20.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2682/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Dourados, Fabrícia Barbosa Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos feitos e audiências relativos aos cumprimentos das cartas precatórias afetas à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, no período de 8 a 27.8.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2683/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D’Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da mencionada Comarca, no período de 6.8 a 4.9.2018, em razão de licença, e nos dias 5 e 6.9.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Eduardo FonticIELha De Rose.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2690/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2132/2018-PGJ, de 21.6.2018, que concedeu férias remanescentes à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin, que seriam usufruídas no período de 28.8 a 6.9.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2692/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, a participar do VIII Encontro Estadual do Tribunal do Júri, a ser realizado nos dias 16 e 17.8.2018, pelo Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, NUJURI, no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua 04, s/n, Centro, em Cuiabá/MT.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2693/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos da Ação Penal nº 0001678-43.2014.8.12.0004, em trâmite perante a 2ª Vara da comarca de Amambai.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2694/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30.7.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2696/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 20 a 26.12.2017, a serem usufruídos nos dias 9 e 10.8.2018, nos termos do artigo 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72 de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2697/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 12 (doze) dias de férias remanescentes, sendo 5 (cinco) dias referentes ao período aquisitivo 2014/2015 e 7 (sete) dias referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 3 a 14.12.2018, nos termos do artigo 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72 de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2698/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 10º Promotor de Justiça de Dourados, Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20.8 a 4.9.2018, em razão de licença, e nos dias 5 e 6.9.2018 e 8 a 10.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e nos períodos de 17.9 a 6.10.2018 e 15 a 24.10.2018, em razão de férias do titular, Eduardo FonticIELha De Rose.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2699/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para participar do “Encontro Nacional da Defesa da Probidade Administrativa”, que será realizado nos dias 30 e 31.8.2018, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2717/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva 30 (trinta) dias de compensação de plantão, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2018, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016 (Processo PGJ/10/2870/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2687/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
KARLA NOGUEIRA STEIL	Técnico I/Administrativa	26.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2688/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Joana Maria Diedrich, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços à Escola Superior do Ministério Público (ESMP-MS), a partir de 26.7.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 1138/2018-PGJ, de 28.3.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2700/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor e fiscais do Contrato nº 49/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Valdemilson Massayoshi Thaada, Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão; 2) Fiscal Requisitante – Frederick Werner Castelani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 3) Fiscal Técnico – Tonya Roberta Pettengill Novaes, Analista/Análise de Sistemas; 4) Fiscal Administrativo – Marina Nery Alves, Analista/Administração (Processo PGJ/10/3855/2017).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2701/2018-PGJ, DE 7.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Augusto Aparecido Ribeiro Colato, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Gestão de Pessoas, no período de 8 a 10.8.2018, em razão de licença compensatória referente a feriado forense, e no período de 13 a 22.8.2018, em razão de férias da titular, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2691/2018-PGJ, DE 7.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2404/2018-PGJ, de 12.7.2018, na parte em que se concedeu férias à então servidora Cleide Silva de Souza, que seriam usufruídas no período de 1º a 20.12.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2720/2018-PGJ, DE 8.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes à servidora Gladys Esmelda Barrios Amarilha, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 17.8.2018 e de 10 a 19.9.2018, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2721/2018-PGJ, DE 8.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal no período de 13 a 31.8.2018, em razão de férias da titular, Lourdes Paim de Moraes.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2722/2018-PGJ, DE 8.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Rodrigues Duarte, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento, símbolo MPDS-105, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Sistemas de Informação no período de 1º a 31.8.2018, em razão de licença compensatória referente a feriado forense e férias do titular, Frederick Werner Castellani Viacek.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2723/2018-PGJ, DE 8.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Elpidio Junior das Neves Lima, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24.7 a 4.8.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 19/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000641-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar a má qualidade no serviço de restauração da MS-316, especificamente no trecho entre Aparecida do Taboado até a rotatória próxima a Ponte Rodoferroviária. **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001338-0** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pedro Henrique Daros Derzi Wasilewski - Assunto: Apurar eventual desrespeito à meia entrada no “Show Costa Gold & Dalsin” que foi realizado no dia 24 de setembro de 2016 no estabelecimento Jeremias. **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000165-4 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **4) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001215-1** - Promotoria de Justiça de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual vantagem indevida, envolvendo a nomeação do servidor comissionado Gustavo Garcia Leal para o cargo de Coordenador de Suporte Administrativo. **5) Inquérito Civil nº 06.2017.00001343-9 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001412-7 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000122-5** - 57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro Ortopédico

Municipal - CENORT, a regularidade dos plantões médicos, bem como a observância das regras sanitárias vigentes. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00000124-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Laerte Paes Coelho - Laertão, localizado no município de Costa Rica/MS, que será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série A - Edição 2018. **9) Inquérito Civil nº 06.2018.00000139-1 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00000150-3 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó. **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00000292-4 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas. **12) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000672-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar os fatos noticiados por meio do expediente encaminhado pelo Ministério Público do Trabalho. **13) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000953-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar representação acerca de eventual utilização de maquinário e funcionário da UEMS por parte de servidor público. **14) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001545-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Plano de trabalho para enfrentamento das erosões (voçorocas) existentes no município de Novo Horizonte do Sul. **15) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001791-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Greta Wille Schnack - Assunto: Apurar suposto exercício irregular de função pública por parte de psicóloga concursada do município de Chapadão do Sul e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes. **16) Inquérito Civil nº 06.2018.00001853-8 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia. **17) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001929-2** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Jocemar Gutierrez Marques Alves e Rádio Clube - Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida na boate do Rádio Clube Centro. **18) Inquérito Civil nº 06.2018.00001993-7 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia. **19) Inquérito Civil nº 06.2018.00002081-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerentes: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental/CPE - 5º Pelotão PMA/Bataguassu-MS e o Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema - Requerida: JB Indústria & Comercio de Farinha Ltda. - ME - Assunto: Apurar eventual ocorrência de danos ambientais decorrentes da operacionalização de indústria potencialmente lesiva ao meio ambiente, sem as devidas licenças ambientais, inicialmente apurados nos autos do IC 015/2PJI/2016. **20) Inquérito Civil nº 06.2018.00002262-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocasionado pela ausência de conservação do solo nas propriedades rurais localizadas nos lotes 16A e 16C, Quadra 07, Gleba Vitória, Ivinhema, inicialmente apurados dos autos do Inquérito Civil 005/2PJI/2014. **21) Inquérito Civil nº 1/2012** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque/MS - Assunto: Apurar irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Nioaque/MS em contratação sem o devido processo licitatório de empresa para prestar serviços na área de saúde. **22) Inquérito Civil nº 4/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nelvir Paulo Casarotto - Assunto: Apurar a supressão de vegetação nativa na fazenda Vitória, localizada no município de Guia Lopes da Laguna, de propriedade de Nelvir Paulo Casarotto, em desacordo com a legislação ambiental.

Campo Grande, 6 de agosto de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça e

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:

6.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001576-3.

2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000843-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002347-7.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004443-2.

4. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001700-6.

5. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001779-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001540-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000382-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000330-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001868-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004442-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000047-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004108-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001979-2.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 10/2016.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Administrativo nº 2/2014.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.000002980-9.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000372-2.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003650-0.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002675-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001734-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000353-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004068-0.

12. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001778-3.

6.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:

6.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Inquérito Civil nº 1/2017.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 13/2014.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000797-7.

6.2.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 3/2012.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 21/2014.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002222-7.

4. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001069-0.

6.2.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 3/2017.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 37/2014.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000802-9.

6.2.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

- Inquérito Civil nº 2/2017.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000461-8.

3. GECOC- Grupo Especial de Combate à Corrupção:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000117-6.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 10/2013.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001828-2.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002121-7.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000760-8.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.0000870-7.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000041-4.

6.2.5. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000234-5.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001338-3.

3. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001246-6.

4. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001134-5.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001136-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001150-1.

5. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001106-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001116-7.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000733-0.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 5/2017.

6.2.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 7/2017.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001188-9.

6.2.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001512-2.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000605-0.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000207-8.

4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001514-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000381-5.

6.2.8. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 12/2015.

7. Ordem do dia:**7.1. Processos com pedido de prorrogação de prazo:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Inquérito Civil nº 23/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Orivaldo Gazotto

Assunto: Apurar situação jurídico-ambiental do imóvel e adoção de medidas necessárias da área de reserva legal e preservação permanente, com normas ambientais vigentes.

2. Inquérito Civil nº 40/1996

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Samuel Biagi, fazendo Mariana

Assunto: Falta de conservação de solo, erosão, assoreamento de rios, reflorestamento de reserva legal e recomposição da mata ciliar na fazenda Mariana de propriedade de Samuel Biagi.

7.2. Processo com pedido de vista:**1. Inquérito Civil nº 23/2014 (Sigiloso)**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Conselheira-Relatora: Jaceguara Dantas da Silva

Voto-vista: Marcos Antonio Martins Sottoriva, Corregedor-Geral do MP

Julgamento adiado, na reunião do dia 24.4.2018, em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva, após a Relatora votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001317-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sueli Ortega dos Santos

Assunto: Apurar eventual irregularidade em acumulação de cargos públicos por Sueli Ortega dos Santos.

Conselheira-Relatora: Jaceguara Dantas da Silva

Voto-vista: Marcos Antonio Martins Sottoriva, Corregedor-Geral do MP

Julgamento adiado, na reunião do dia 4.4.2018, em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o voto da Relatora não homologando o arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

7.3. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.3.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000679-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Donha Nunes

Assunto: Apurar eventual irregularidade na acumulação de cargo público por parte do Secretário Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Sul/MS.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000207-5

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Casa e Cozinha, Preço Único

Assunto: Apurar a denúncia de exposição irregular de produtos à venda pelos estabelecimentos comerciais “Casa e Cozinha e Preço Único”, os quais estariam limitando os espaços livres a serem utilizados pelos pedestres, nas Ruas Estevão Alves Corres e Sete de Setembro.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001287-3

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Metropark Administradora Ltda. e Agetran - Agência Municipal de Transporte de Campo Grande/MS
Assunto: Apurar possível prejuízo aos direitos dos usuários consumidores em razão do número de vagas para exploração dos serviços públicos de Administração, Manutenção e Operação das Áreas Destinadas ao Estacionamento Rotativo Pago de Veículos Automotores (Estacionamento Rotativo).

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000998-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades no desrespeito ao conteúdo programático do edital e as questões aplicadas na prova do concurso da Câmara Municipal de Vereadoras de Deodápolis/MS, referente ao cargo de assessor jurídico.

7.3.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000380-8 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000410-7 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000989-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande.

Assunto: Apurar as medidas empreendidas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande no ano de 2017 no combate ao Aedes Aegypti.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000925-0 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000932-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar irregularidades na estrutura e funcionamento da Unidade de Saúde da Família “Argemiro Barbosa de Souza” mencionado no Relatório de Apuração de Denúncia nº 1.133/2010, oriundo da Secretaria de Estado de Saúde, bem como eventuais atos de improbidade daí decorrentes

7.3.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 28/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desmatamento em área rural do município de Jaraguari e a respectiva existência de licenciamento e adequação às normas ambientais.

2. Inquérito Civil nº 19/2015

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar indícios de irregularidades no curso de deferimento de inscrições dos membros do Conselho Tutelar de Amambai/MS.

7.3.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00000044-8

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Campo Grande

Recorrentes: Antônio Bosco da Costa e Maria Valéria de Oliveira da Costa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta transgressão a preceitos legais atinentes ao uso e ocupação do solo no município de Campo Grande.

7.3.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000315-9 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 6/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aurélio Carrara

Assunto: Apurar dano direto a unidade de conservação (manutenção de dreno).

3. Inquérito Civil nº 4/2017

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade em desmembramento de terreno urbano matriculado sob nº 12.701 do Registro de Imóveis, conforme denúncia nº 11.2016.00004943-3, oriundo da Ouvidoria do Ministério Público Estadual do MS.

7.3.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000723-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Aparecida do Taboado na conclusão da Creche Proinfância.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000146-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na nascente localizada nas proximidades da Avenida Dom Pedro, em frente ao Posto de Saúde do Município de Sete Quedas.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000276-8

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual irregularidade no transporte escolar da área rural do município de Porto Murtinho.

4. Inquérito Civil nº 23/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa cometido, em tese, pelo Delegado de Polícia Wisnton Ramão Albres Garcia.

5. Inquérito Civil nº 2/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Louis Dreyfus Commodities Bionergia S/A e Sérgio Takashi Fujinaka ME

Assunto: Apurar queima ilegal de área de reserva legal e de áreas de preservação permanente e agropastoril na fazenda denominada 'Estância Maisa', localizada no km 306, da BR 163, no município de Douradina.

6. Inquérito Civil nº 50/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Vargem Grande

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Vargem Grande, de propriedade de Agropecuária Rio Miranda, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas ambientais vigentes.

7. Inquérito Civil nº 15/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Comunitária Beneficente Terenense, Asilo São Vicente de Paula

Assunto: Apurar eventuais prestações de serviços habituais praticados em desconformidade com a legislação vigente, por pessoas físicas e servidores públicos municipais.

8. Inquérito Civil nº 44/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Itaporã, Praymer Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.-ME, Givanildo Spessoto Rondina, Cintia Karina Marcolongo Doreto, Luciano Henrique Fernandes e Ronaldo Ribeiro Mendonça

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na contratação da empresa Praymer Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda. - ME por parte da Câmara Municipal de Itaporã/MS.

9. Inquérito Civil nº 12/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de enfermeiros no município de Rio Verde Mato Grosso/MS, conforme manifestação registrada na Ouvidoria sob nº 11.2016.00001555-4.

10. Inquérito Civil nº 49/2011

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Averiguar suposta utilização de recursos do Fundo Municipal de Saúde para custeio de pessoal vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Corumbá/MS, em eventual ofensa aos princípios constitucionais administrativos e prática de improbidade administrativa.

11. Inquérito Civil nº 58/2013

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Sanesul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no abastecimento de água na cidade de Ladário/MS ante a má qualidade de água fornecida.

12. Inquérito Civil nº 23/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Bandeirantes e Gelson Guimarães

Assunto: Apurar eventual acumulação de cargos e remuneração exercidos pelo servidor público de Bandeirantes Gelson Guimarães, em desconformidade com o disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição da República/88.

13. Inquérito Civil nº 2/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Naviraí e a Sanesul

Assunto: Apurar a regularidade da relação jurídica da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL) com o município de Naviraí.

14. Inquérito Civil nº 7/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual injuridicidade no procedimento licitatório nº 001/2015 (Tomada de Preço nº 001/2015), deflagrado no âmbito da Câmara de Vereadores de Itaporã.

15. Inquérito Civil nº 21/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Denúncia anônima

Requerida: Câmara de Vereadores de Bandeirantes

Assunto: Apurar possível uso ilegal de diárias pelos Vereadores do município de Bandeirantes Fábio Osório Ferreira e Jeovane Félix de Oliveira, bem como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

7.3.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001050-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de irregularidade sanitária consistente em manter criação de porcos em residência no Distrito de Sanga Puitã, provocando mal cheiro e proliferação de Flebótomos, vetor transmissor de Leishmaniose.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001319-4 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001438-2 – SIGILOS

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001465-0 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001692-5 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001962-2 – SIGILOS

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

7. Recurso Administrativo em Notícia de Fato nº 01.2017.00009913-9

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Corumbá

Requerente: Cláudio Pereira Goulart

Requerido: A apurar

Assunto: Conhecer dos documentos encaminhados pela pessoa de Cláudio Pereira Goulart, o qual reivindica o restabelecimento do fornecimento gratuito de água aos moradores/frequentedores da Escola e Igreja São João Batista, situada na confrontação da BR 262 com a Estrada Branca MS, zona rural de Corumbá/MS, em razão da desativação do destacamento da Polícia Militar Rodoviária do Estado de Mato Grosso do Sul, que realizava o indigitado fornecimento sem contrapartida.

8. Inquérito Civil nº 2/2006

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Gaúcha

Assunto: Apurar a existência e as causas de processo erosivo na fazenda Gaúcha, localizada no município de Naviraí.

9. Inquérito Civil nº 96/2011

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possível ilícito ambiental, consistente na degradação de área de preservação permanente provocada pela canalização incorreta de rede de água pluvial.

10. Inquérito Civil nº 60/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Planalto, propriedade de Lauro Masahar Tsuzuki

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Planalto.

11. Inquérito Civil nº 3/2015

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ivinhema

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público

Requerido: Município de Novo Horizonte do Sul

Assunto: Averiguar eventual afronta ao direito constitucional dos cidadãos de Novo Horizonte do Sul/MS de acesso à saúde, em razão da insuficiência de médicos para atendimento da população, sobretudo, na rede pública de saúde.

12. Inquérito Civil nº 126/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades praticadas pelo gerente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL, consistentes em ameaça, coação, perseguições aos funcionários e utilização de veículo do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins particulares.

13. Inquérito Civil nº 84/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imóvel sem denominação, cujo possuidor é Edimir dos Santos Lima e outros

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel sem denominação, cujo possuidor é Edimir dos Santos Lima e outros, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

14. Inquérito Civil nº 12/2013

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria da Silva Oliveira (faz. Centenário)

Assunto: Regularização ambiental da propriedade rural denominada fazenda Centenário, pertencente à Maria da Silva Oliveira, consoante Relatório de Vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

15. Inquérito Civil nº 68/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Marinisa Kiyomi Mizoguchi e Lucélia Aparecida Neves dos Santos Gonçalves

Assunto: Apurar eventuais ato de improbidade administrativa decorrente, em tese, da exigência de agremiação dos professores temporários junto ao SIMTED.

16. Inquérito Civil nº 8/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã/MS

Assunto: Apurar a regularidade do domínio do imóvel pelo município de Itaporã matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Itaporã/MS, sob o nº 01.677.

17. Inquérito Civil nº 7/REME/2005

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Laguna

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente.

18. Inquérito Civil nº 104/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da paralisação, pelo município de Campo Grande, das obras do Complexo Anhanduí, Cabaça e Areais.

19. Inquérito Civil nº 29/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerentes: Ana Ramona Diaz de Oliveira e Manuel Gomes

Requerida: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual contratação temporária de servidores pela Secretaria Municipal de Educação preterindo candidatos aprovados em concurso público.

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 035/2018 – DOURADOS**

Retificação do AVISO nº 034/2018 - DOURADOS

O Presidente da Comissão do I PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DE DOURADOS, homologado por meio do Aviso Nº 001/2016-CEAF-DOURADOS, de 13 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 1418, de 14 de dezembro de 2016, torna pública a Retificação do AVISO nº 034/2018 – DOURADOS, publicado no DOMP nº 1792, de 8 de agosto de 2018, a saber:

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE DOURADOS

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de direito, deverão entregar a documentação na sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS - Telefones (67)3902-2800 – Fax: 3902-2809, no dia e horários mencionados no quadro abaixo.

DIREITO - Dourados - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
14/08/2018	08h às 11h	BEATRIZ MONTANIA NASCIMENTO	66
14/08/2018	08h às 11h	ISABELA XAVIER BONFIM	67

Campo Grande, 08 de agosto de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito em Exercício

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 14/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 14/2018, referente aos documentos da Gestão de Estagiários de Direito, encaminhados através do ofício n.031/2018-GED, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpaad@mpms.mp.br), até o dia 13.08.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 08.08.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 14/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)	PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
Órgão / Setor- Gestão de Estagiários de Direito	Órgão / Setor- Gestão de Estagiários de Direito		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse: 000.189-Processo de Contratação de estagiário; 000.190-Prontuário de estagiário	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. A Lista de Eliminação de Documentos nº 14/2018, foi aprovada por meio da Ata nº 07/2018/CPAAD, 07 de agosto de 2018	Exercício 2014	Exercício 2015

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação dos Documentos

EDITAL Nº 15/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 15/2018, referente aos documentos Secretaria de Administração, encaminhados através do memorando n.284/2018-MPMS, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos (cpaad@mpms.mp.br), até o dia 13.08.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 08.08.2018

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 15/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / Setor- Gestão de Estagiários de Direito		Órgão / Setor- Gestão de Estagiários de Direito	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse: 000.001-Controle de Andamentos de Processos	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. A Lista de Eliminação de Documentos nº 15/2018, foi aprovada por meio da Ata nº 07/2018/CPAAD, 07 de agosto de 2018	Exercício 2012	Exercício 2016

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação dos Documentos

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência à Licitação Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1847/2018), destinado à contratação de empresa para a prestação de serviços, de natureza continuada, para o desempenho de atividades de portaria, recepção, copeiragem, limpeza, asseio, digitador, operador de fotocopiadora, serviços gerais e encarregado de equipe, incluindo máquinas e demais equipamentos e utensílios, bem como materiais de limpeza e higienização necessários, para atender os edifícios-sede do Ministério Público Estadual na Capital e no interior do Estado, a sessão de abertura dos envelopes foi suspensa para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 08 de agosto de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, PAULO CEZAR DOS PASSOS; e FUNDAÇÃO ESTADUAL LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA - FERTEL, neste ato representado por JOÃO BOSCO DE CASTRO MARTINS.

Processo: PGJ/10/2480/2018.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: A produção semanal do programa televisivo “MPE na TV”, com duração de 30 minutos; a veiculação semanal do programa televisivo “MPE na TV” na TV Educativa; a veiculação diária de *spots* de até 2 minutos na Rádio Educativa FM 104.7.

Vigência: 08.08.2018 a 08.08.2019.

Data da assinatura: 08 de agosto de 2018.

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/PGJ/2014.

Processo PGJ/10/2347/2013.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA., representada por Ilson Aparecido Stabile.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 11 (onze) meses e o reajuste do valor dos serviços contratados em R\$140.026,15 (cento e quarenta mil, vinte e seis reais e quinze centavos), correspondente à variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93

Valor total: R\$2.870.946,32 (dois milhões, oitocentos e setenta mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Vigência: 01.08.2018 a 01.07.2019.

Data de assinatura: 25 de julho de 2018.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/PGJ/2017.

Processo: PGJ/10/3804/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por representado pelo seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- AMA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, representada por Álvaro Moraes de Arruda.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 57/PGJ/2017.

Amparo Legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Acréscimo no valor de R\$10.849,40 (dez mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos) ao valor inicial do Contrato, em razão da inclusão de 1 (uma) unidade do mobiliário previsto no item 18, do Anexo IV, do Pregão Presencial nº 57/PGJ/2017.

Valor total: R\$109.249,40 (cento e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).

Vigência: 31.07.2018 a 24.09.2018.

Data de assinatura: 31 de julho de 2018.

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: ANDRADE E RIBEIRO ENGENHARIA LTDA, CNPJ, 27.706.841/0001-75

Processo nº PGJ/10/2539/2018

Nota de Empenho nº 2018NE003297, de 13.07.2018

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa ANDRADE E RIBEIRO ENGENHARIA LTDA, CNPJ, 27.706.841/0001-75, do teor da Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 50-53, do Processo nº PGJ/10/2539/2018, na qual foi determinada a anulação parcial dos atos decisórios proferidos às fls. 2, 35 e 36, especialmente em relação à autorização da emissão do empenho ordinário em favor da empresa supracitada, bem como a anulação da Nota de Empenho nº 2018NE003297, de 13.07.2018, e, por conseguinte, de sua contratação para a realização de serviço de engenharia para a adaptação de banheiro localizado no pavimento superior desta Procuradoria-Geral de Justiça, sanitário C3, da ala C, para torná-lo acessível às pessoas portadoras de deficiência, para apresentar recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação desta intimação, em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, consagrado no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e do artigo 49, §3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Os autos nº PGJ/10/2539/2018 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação. Esclarece-se, por fim, que o Processo Administrativo nº PGJ/10/2539/2018, no qual são assegurados o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e do artigo 49, §3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis. Nada mais.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/PGJ/2018**PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PGJ/2018 – SRP**

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de cadeira para pessoa obesa (em conformidade com ABNT 9050:2015) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	<p>Cadeira fixa, espaldar médio, com braços, adequada a pessoas com sobrepeso (conforme ABNT 9050:2015). Dimensões: profundidade do assento mínima de 0,47m e máxima de 0,51m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; largura do assento mínima de 0,75m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto; altura do assento mínima de 0,41m e máxima de 0,45m, medida na sua parte mais alta e frontal; ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal de 2° a 5°; ângulo entre assento e encosto de 100° a 105°; apoios de braços, com altura entre 0,23m e 0,27m em relação ao assento. Assento suportando carga de no mínimo 250 kg. Assento e encosto estruturado anatômico. Contra encosto e contra assento ambos fabricados em polipropileno ou fibra de vidro de alta resistência. Apoia-Braços: estrutura de aço, revestida com espuma resistente de poliuretano ou polipropileno rígido. Estofamento da cadeira composto de espuma anatômica em poliuretano injetado de 60 a 80mm de espessura, indeformável. Revestimento: couro ecológico (cor preta) ou tecido crepe (cor azul royal), sem costura aparente, de alta resistência e acabamento nas extremidades em perfil de PVC rígido ou superior. Estrutura fixa metálica com 4 pés, confeccionada em estruturas de aço carbono tubular SAE 1010/1020 com espessura de 25 mm ou superior, pintura epóxi aplicada eletrostaticamente. Sapatas em polipropileno. Partes metálicas que compõem a cadeira (todas) isentas de arestas cortantes. Garantia mínima de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: BrasGolden/Big Fixa.</p> <p>OBS.: É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior à medida de 0,75m.</p>	un.	45	4.200,00

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP-MS)

Data de assinatura: 06 de agosto de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 06.2018.00002414-0**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002414-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Investigar o funcionamento ilegal das entidades governamentais (CRAS, CREAS, Centros de Convivência), quanto aos atendimentos oferecidos às crianças e aos adolescentes, bem como a procrastinação do município em regularizá-las.

Campo Grande, 6 de agosto de 2018.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS**EDITAL Nº. 06.2018.00000291-3**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2018.00000291-3 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000291-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Selvíria.

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da distribuição de água para consumo sem o devido tratamento necessário, o qual possibilita inúmeros riscos à saúde da população do município de Selvíria.

Três Lagoas - MS, 06 de agosto de 2018.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 06.2018.00000305-6

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2018.00000305-6 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000305-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Boate Madri.

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prática de perturbação do sossego alheio em virtude da emissão alta de sons na denominada Boate Madri, situada nesta urbe.

Três Lagoas - MS, 06 de agosto de 2018.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0012/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil nº 06.2018.00002292-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002292-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Carlos Augusto da Silva e Outros.

Assunto: Apurar a legalidade dos termos de credenciamento de médicos da rede de saúde em Cassilândia no período 2011-2013, conforme documentação encaminhada pelo Ministério Público Federal.

Cassilândia-MS, 02 de agosto de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0013/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil nº 06.2018.00002293-1, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002293-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Arthur Barbosa de Souza Filho e Outros.

Assunto: Apurar a legalidade dos termos de credenciamento para a contratação de médicos para unidades básicas de saúde de Cassilândia no período 2017-2018.

Cassilândia-MS, 08 de agosto de 2018.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

IGUATEMI

EDITAL Nº 016/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002226-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Santa Cândida, em Iguatemi, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 07 de agosto de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2018.00003003-1

Requerente: Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho

Requeridos: Município de Campo Grande e Secretaria Municipal de Saúde

RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2018/PJ/PTM

Recomenda à Gestão Municipal de Saúde Pública de Porto Murtinho a intensificação das medidas de divulgação, mobilização social e eventual ampliação de horários das Salas de Vacinação para garantir eficiência na execução da "Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e Sarampo 2018", visando maior adesão do público e o alcance da meta de imunização prevista pelo Ministério da Saúde.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 132, inciso III, da Constituição Estadual; bem como diante das disposições contidas na Lei nº 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº 8.625/93 e artigo 27, IV, "a", da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o artigo 6º, da Lei nº 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, entendidas como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do artigo 7º, inciso VII, da Lei nº 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080/90, em seu artigo 18, preconiza que à Direção Municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete *planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde; e gerir e executar os serviços públicos de saúde;*

CONSIDERANDO ser atribuição desta Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, I, "a", "2", da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que, nos limites da atribuição desta Promotoria de Justiça, fora instaurado o Procedimento Administrativo em epígrafe com a finalidade de, no âmbito do município de Porto Murtinho, acompanhar o cumprimento das metas de cobertura vacinal para Poliomielite e Sarampo traçadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI);

CONSIDERANDO que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde identificou, no país, 312 cidades com baixa cobertura vacinal para *Poliomielite*, sendo que, de acordo com o Plano de Erradicação da Poliomielite, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) estabelece a meta de no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de cobertura vacinal homogênea contra *Poliomielite*;

CONSIDERANDO o Alerta emitido pela OPAS/OMS em abril/2018, acerca do surto de *Sarampo* em 11 países das Américas, dentre os quais o Brasil (Roraima e Amazonas), e bem assim, recomendando que sejam intensificadas as vacinações para viabilizar alta cobertura vacinal e prevenir a introdução e disseminação do vírus do *Sarampo*, e ainda, orienta a implementação de sistema de vigilância suficiente para detectar de forma oportuna quaisquer casos suspeitos;

CONSIDERANDO que, de acordo com os dados contidos no *Plano de Erradicação da Poliomielite* e no *Datasus*, houve redução dos índices de cobertura vacinal da *Poliomielite* e *Sarampo (Tríplice Viral)* em Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, de acordo com os dados de *Avaliação de Coberturas Vacinais do Calendário Nacional de Vacinação* (fonte: Datasus e portal Ministério da Saúde), houve considerável redução dos índices de cobertura vacinal, tanto da *poliomielite* como de *sarampo* (tríplice viral) em Mato Grosso do Sul; com a cobertura vacinal *abaixo da meta* em relação à *Poliomielite* em 2016 (93,78%) e 2017 (88%); enquanto que de *Sarampo* houve *diminuição para o índice de 96,68% em 2016, e a patamar abaixo da meta em 2017 (88,46%)*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde aponta, como alguns dos fatores que contribuem para a diminuição dos índices da cobertura vacinal, *o desconhecimento sobre a importância e benefícios da vacina* e *os horários de funcionamento dos Postos/Salas de Vacinação, incompatíveis com os horários de trabalho das famílias*;

CONSIDERANDO que é imprescindível adoção de medidas urgentes pela Gestão Pública de Saúde, na busca por melhores coberturas vacinais, *com estratégias de comunicação e ações de mobilização social*, para máxima adesão e convencimento da população sobre as vantagens e importância das vacinas contra *Poliomielite* e *Sarampo*, os riscos da falta de imunização;

CONSIDERANDO que, de acordo com o *"INFORME TÉCNICO CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA A POLIOMIELITE E CONTRA O SARAMPO" – 2018, "o MINISTÉRIO DA SAÚDE, juntamente com as SECRETARIAS ESTADUAIS e MUNICIPAIS DE SAÚDE"* realizará, no período de 06 a 31 de agosto de 2018, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo, com o objetivo de vacinar indiscriminadamente as crianças de um a quatro anos de idade, de forma homogênea, *para evitar a manutenção ou formação de bolsões de não vacinados*, tendo como meta mínima a imunização de 95% desse público alvo;

CONSIDERANDO que, como ressalta o referido Informe Técnico, *a "poliomielite e o sarampo são doenças de notificação compulsória e o país tem compromissos internacionais para erradicar e eliminar, respectivamente, estas doenças"*; e, para isso, *"a meta de cobertura vacinal maior ou igual a 95% deverá ser alcançada em todos os municípios brasileiros, tanto na rotina quanto nas Campanhas"*, mediante *"união de esforços para manutenção do país livre dessas doenças"*;

CONSIDERANDO a importância das vacinas na promoção do controle das doenças preveníveis por imunização, porquanto, como propugna a Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde – SUS), o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas não somente dirigidas à recuperação, mas também à promoção da saúde e à redução de riscos de doenças e de outros agravos;

CONSIDERANDO a importância da atuação do poder público *em saúde preventiva* e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para cobertura vacinal, como instrumento de melhoria na qualidade de vida e saúde dos cidadãos;

CONSIDERANDO a inexistência de políticas públicas bem definidas e com metas estabelecidas para que os municípios que não consigam cumprir as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde em determinado ano possam dar efetivo cumprimento em anos subsequentes;

CONSIDERANDO que, aliado à inexistência de políticas públicas, conforme acima destacado, não existem medidas propositivas e tampouco coercitivas por parte de qualquer instância governamental para que os municípios descumpridores revertam a realidade e passem a cumprir as metas traçadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, além da execução da Campanha Nacional de Vacinação contra à Poliomielite e contra o Sarampo, são necessárias medidas para intensificar a orientação à população de Porto Murtinho sobre os riscos da Poliomielite e do Sarampo, a fim de captar crianças ainda não vacinadas ou que não obtiveram resposta imunológica satisfatória à vacinação, minimizando o risco adoecimento dessas crianças;

CONSIDERANDO que, tendo em vista os atuais dados da situação epidemiológica do Sarampo e o perigo de reintrodução da Poliomielite no Brasil, o *enfrentamento* dessa situação exige da *GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE* a imediata intensificação da *Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo*, bem como as medidas inerentes à divulgação e mobilização social para a adesão do público à campanha;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, resolve *RECOMENDAR* à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PORTO MURTINHO/SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO e ao MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO/PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO que:

DADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS RECOMENDADAS, NO PRAZO 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS:

- Realize ampla divulgação (na forma do item II a seguir) da *Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo a ser realizada no período de 06 a 31 de agosto de 2018*, no âmbito do Município de Campo Grande, com veiculação de conteúdo destinado a convocar a população para a vacinação nas unidades de saúde deste município, bem como para mobilizar o público e conscientizar sobre a importância da imunização contra a *poliomielite e sarampo*, e bem assim, sobre o risco de reintrodução e disseminação dessas doenças em virtude da redução dos índices de imunização no país;

- Que a *ampla e URGENTE* divulgação (nos moldes do item I retro) seja realizada alternativamente pelos seguintes meios de comunicação: impressos, televisivos, radiofônicos, digitais, redes sociais, bem como por meio de cartazes e *folders* em órgãos públicos municipais com capacidade de atingir públicos-alvo da vacinação, especialmente em órgãos com grande fluxo de atendimento ao público;

- Seja realizado o URGENTE reforço das equipes responsáveis pela vacinação nos Postos/Salas de Vacinação, no período da *Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e contra o Sarampo*;

- Verifique-se a eventual necessidade de ampliação dos horários de atendimento dos Postos/Salas de Vacinação para atendimento da população *durante a Campanha de Vacinação contra Poliomielite e Sarampo*;

- Sejam adotadas as medidas necessárias para implantação e funcionamento do(s) sistema(s) de registro/monitoração do desempenho da vacinação contra poliomielite e sarampo aplicadas, e alimentação regular do(s) sistema(s) quanto às doses aplicadas na *vacinação de rotina e durante a Campanha Nacional de Vacinação*.

DADA A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS RECOMENDADAS, NO PRAZO 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS:

- Seja realizada busca ativa nas regiões de difícil acesso em Porto Murtinho, tais como nas comunidades de áreas rurais, indígenas e ribeirinhas, para que:

- Notifique oficialmente as creches, berçários, centros de educação e escolas de Campo Grande, principalmente as de ensino infantil, para que seja verificado se os alunos matriculados em tais estabelecimentos estão com a caderneta de vacinação regular. No caso de crianças e adolescentes com a caderneta de vacinação irregular, que seja informado ao Conselho Tutelar para que adote as providências cabíveis no sentido de conscientização dos pais para regularização;

- Implemente grupos e/ou ações permanentes de divulgação e conscientização da importância da vacinação contra a *Poliomielite e Sarampo*, promovendo a divulgação com palestras, cursos, seminários, divulgação domiciliar por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, dentre outras medidas eficientes para atingir o público-alvo das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde;

ALÉM DAS MEDIDAS URGENTES RECOMENDADAS, RECOMENDA-SE, AINDA, À GESTÃO MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO:

- Cumpra, anualmente, as metas de coberturas vacinais de imunização contra a Poliomielite e Sarampo traçadas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde;
- Participe da elaboração de planejamento para cumprimento das metas em conjunto com os outros municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul, levando em consideração as diferenças entre regiões urbanas/rurais, que contemplem ações como divulgação, busca ativa, apoio material, dentre outras;
- Em caso de impossibilidade de cumprimento das metas de quaisquer das vacinas contra Poliomielite e Sarampo em determinado ano, que o Município elabore relatório informativo, com as devidas justificativas e remetam à Coordenação Estadual de Imunizações/ou equivalente no Estado de Mato Grosso do Sul e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações, informando os motivos que levaram ao descumprimento, as medidas preventivas e corretivas adotadas pelo Município de Porto Murtinho para conseguir atingir as metas nos anos subsequentes, bem como, em sendo necessário, solicitação de apoio do Estado e do Ministério da Saúde para cumprimento das metas;

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e parágrafo único do art. 45 da Resolução nº 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* aos destinatários, Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho/Secretário Municipal de Saúde e Município de Porto Murtinho/Prefeito Municipal, que, no prazo de 5 (cinco) dias respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas efetivamente realizadas pela Gestão Municipal.

2. Com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* aos destinatários, Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho/Secretário Municipal de Saúde e Município de Porto Murtinho/Prefeito Municipal, *que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação*;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e ao efetivo serviço de vigilância epidemiológica, que deverá ser norteado pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrente da inércia do Município.

Desde já, cientifique-se que o não acatamento desta Recomendação poderá implicar na adoção, pelo Ministério Público, das medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

Cientifique-se e encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde, mediante recebimento pessoal por escrito, para conhecimento e cumprimento das providências.

Devem, por fim, ser adotadas as seguintes providências:

I-) Publique-se esta Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - DOMP.

II-) Dê-se ciência, para conhecimento, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público;

III-) Dê-se ciência à Câmara Municipal de Porto Murtinho/MS;

IV-) Quanto à comunicação à Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e Direitos Humanos, consoante Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI) será realizada automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP;

V-) Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste Procedimento e retorne concluso;

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância das normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Porto Murtinho/MS, 07 de agosto de 2018.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça